



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

AMAGIS



Presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, comanda o ato no Fórum Lafayette, em BH

Minas mostra força na defesa da classe

A AMAGIS e a AMMP realizaram, no dia 4 de outubro, o Ato em Defesa do Sistema de Justiça, que mobilizou as classes na capital e no interior, onde magistrados e procuradores leram a nota pública conjunta assinada pelas duas Associações, denunciando projetos que afetam o funcionamento da Justiça. **PÁGINAS 3, 4 e 5**

Ato em Uberaba



Juizes em São João del-Rei



PONTOS DE DEFESA



DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS SÃO INVOLÁVEIS



RECOMPOSIÇÃO MONETÁRIA ANUAL É ASSEGURADA PELA CONSTITUIÇÃO



MUDANÇA NA LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE É TENTATIVA DE AMORÇAÇÃO



DESVINCULAÇÃO REMUNERATÓRIA AFETA A UNICIDADE DA MAGISTRATURA

Atos públicos denunciam ações contra todo o Sistema de Justiça

MAURÍCIO SOARES*

Ao lado da incansável e permanente interlocução com as lideranças do Congresso Nacional, promovemos, nos dias 4 e 5 de outubro, atos públicos no Estado e em Brasília em mais uma demonstração de unidade e de força da Magistratura brasileira e de parceiros, como os promotores e procuradores, contra projetos que afetam nossas carreiras e garantias constitucionais, a autonomia e o pleno funcionamento do Sistema de Justiça.

Junto de outras Associações de Magistrados, a Amagis tem mantido mobilização permanente em defesa dos interesses dos Magistrados no Congresso Nacional, em especial dos projetos que preveem conquistas e de outros que, ao contrário, afetam prerrogativas invioláveis.

“São iniciativas coordenadas que afetam a independência de julgar e o pleno funcionamento da Justiça”

Em respeito aos trâmites regimentais nas Casas Legislativas, monitoramos todas as etapas e buscamos, ao mesmo tempo, o diálogo constante junto aos parlamentares para que reconhecessem a sustentabilidade e justiça de nossas causas e demandas, particularmente da recomposição dos subsídios.

Além da necessária correção inflacionária, a reposição monetária anual é assegurada pelo artigo 37, X, da Constituição Federal, ainda que o índice de recomposição proposto em 2015 esteja muito aquém da inflação do período, que já bate a casa dos 25%.

Em vez do reconhecimento e da aprovação, identificamos uma ação orquestrada para que nossa demanda fosse ignorada sob o argumento de ajuste fiscal ou do desequilíbrio econômico do qual não temos nenhuma responsabilidade muito menos nossa modesta recomposição de 16%, em duas parcelas de 8% e 7% (PLS 27/16), a serem aplicadas em dois anos (2016 e 2017).

Mais do que isso, articulações coordenadas de setores do Executivo e do Legislativo desencadearam a tramitação, quase simultânea, de diversos projetos que, em sua forma original, asfixiam órgãos públicos que sustentam a justiça e a democracia brasileiras e comprometem gravemente a independência de julgar no momento em que o País trava histórico combate à corrupção.

Sob o argumento da atualização e da proteção aos direitos fundamentais, um desses projetos, o PLS 280/16, prevê punições a crimes de abuso de autoridades, afetando diretamente a independência judicial ao permitir punição de magistrados que aplicarem a lei penal em processos envolvendo criminosos poderosos. Como tentativa de intimidação institucional e de amor-

daçamento, o projeto trava também as atividades da Polícia e do Ministério Público.

Fizeram ainda acordo para votar, em regime de urgência, a PEC 62/15, que trata da desvinculação remuneratória automática dos subsídios, vencimentos e salários no âmbito do Poder Público. A medida representa atraso porque descaracteriza a unicidade da Magistratura, fragilizando sua autonomia e expondo a classe às influências políticas regionais e episódicas.

Entendemos que a crise econômica é grave, mas queremos ao menos ser ouvidos para evidenciar que tais medidas, além de inconstitucionais, representam riscos e comprometem o funcionamento do Judiciário. Por meio desses atos públicos, denunciamos essa campanha de desconstrução de todo o Sistema de Justiça e mantemos a mobilização contra o iminente retrocesso institucional. ■

(* Presidente da Amagis)

ÍNDICE DECISÃO!

Amagis e AMMP juntas pela Justiça
PÁG 03

Ato mobiliza juizes do interior
PÁG 04

Nota pública tem
ampla repercussão
PÁG 05

Pensionistas reivindicam paridade
PÁG 06

Gerenciamento das
Unidades Judiciárias
PÁG 07

Solidariedade reúne a magistratura
PÁG 08

Amagis estimula produção literária
PÁG 09

Esmeraldas terá eleição feminina
PÁG 11

Todos têm direito a ter pai
PÁG 12

Cármem Lúcia propõe
Judiciário cidadão
PÁG 14

Memória preserva
a história da Amagis
PÁG 16

Programe suas férias
PÁG 20

SAÚDE!

Contra o Câncer de Mama
PÁG 23

Rede credenciada é ampliada
PÁG 24

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíz José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíz Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíz Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Amagis e AMMP juntas pela Justiça

Movimento mobilizou magistrados da capital e do interior

AMAGIS



Maurício Soares discursa durante o ato

Em demonstração de força e união, a magistratura mineira participou, em Belo Horizonte e nas comarcas do interior, do Ato em Defesa do Sistema de Justiça, realizado pela Amagis, no dia 4 deste mês, em parceria com a Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

Na capital, bem como nas comarcas do interior, a mobilização foi realizada nos prédios dos fóruns, com a leitura de uma nota assinada pelas duas Associações, denunciando projetos em tramitação no Congresso Nacional, que comprometem a autonomia, os direitos de ambas as carreiras e o funcionamento da Justiça, caso sejam aprovados em sua forma original.

O movimento promovido em Minas Gerais teve ampla repercussão no País, e foi considerado importante para fortalecer o ato nacional realizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, em Brasília, um dia após a mobilização dos magistrados e promotores públicos mineiros.

PROJETOS

Na nota pública conjunta, as Associações denunciaram um deles, o PLS 280/2016, que prevê punições a crimes de abuso de autoridade, considerado pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, como uma tentativa de intimidação institucional, que afeta diretamente a independência judicial, além do amordaçamento, que trava as atividades da Polícia e do Ministério Público. Se aprovado, inviabilizaria investigações em curso, como as operações Lava Jato, Zelotes e Pandora.

A proposta ofende a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Magistratura e do Ministério Público, que garantem prerrogativas invioláveis, e agride a independência dos Poderes da República e o Estado Democrático de Direito.

Outra proposição questionada foi a PEC 184/2007, que transforma delegados em desembargadores e ministros do STJ, ignorando os requisitos das carreiras jurídicas.

SUBSÍDIOS

As Associações contestaram ainda a alegação de desequilíbrio econômico, usada como justificativa para tentar impedir a recomposição dos subsídios das carreiras jurídicas. A votação em regime de urgência do PLC 27/2016, no Senado Federal, foi adiada no dia 8 de setembro, para entendimento entre os líderes dos partidos.

Poucos dias após o adiamento da votação, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se com o presidente do Senado, Renan Calheiros, em Brasília, juntamente com representantes de Associações estaduais e nacionais de magistrados, para defender a aprovação da recomposição dos subsídios.

Após esse último encontro, a diretoria da Associação reuniu-se, no dia 19 de setembro, quando discutiu os projetos em tramitação no Congresso Nacional de interesse da magistratura, parti-

cularmente o PLC 27/2016, e deliberou pelo início do Movimento em Defesa da Magistratura, que ganhou força com a adesão da AMMP.

De acordo com Maurício Soares, o desajuste fiscal não pode ser vinculado à correção parcial dos vencimentos, assegurada no artigo 37, X, da Constituição Federal, mas aos malfeitos e desacertos políticos. "Não buscamos aumentos, mas tão somente a reposição", observou ele.

Ainda há movimento de votar, em regime de urgência, a PEC 62/2010, que trata da desvinculação remuneratória automática dos subsídios, vencimentos e salários no âmbito do Poder Público. "A proposição significa atraso à medida que descaracteriza a unicidade da magistratura brasileira, fragilizando sua autonomia e a expondo às influências políticas regionais e episódicas", apontou o presidente da Amagis.

As mobilizações em Minas Gerais e em Brasília cumpriram não só o papel de denúncia à sociedade contra retrocessos institucionais no Judiciário, como foram consideradas um importante passo para o acúmulo de forças nos debates que serão realizados no Congresso Nacional. ■

Ato mobiliza juízes do interior

Participação dos juízes de todo o Estado reforçou a união da classe

No dia 4 deste mês, mais do que denunciar projetos que comprometem a autonomia e o funcionamento da Justiça, a participação dos juízes das Comarcas de Uberaba, São João del-Rei e Teófilo Ottoni no Ato em Defesa do Sistema de Justiça (veja mais na página 3) foi uma importante demonstração de união da magistratura mineira.

Assim como em Belo Horizonte, os magistrados que atuam no interior do Estado reuniram-se no fórum de suas comarcas, para alertar a sociedade sobre as consequências da aprovação de proposições como o PLS 280/2016, que prevê punições a crimes de abuso de autoridade, afetando diretamente a independência judicial.

Durante os atos, além dos discursos dos magistrados, foi lida a nota pública assinada pela Amagis e a AMMP (leia mais na página 5), na qual as Associações afirmam que as propostas em tramitação no Congresso Nacional são uma retaliação às recentes ações protagonizadas por agentes da Magistratura e do Ministério Público contra a corrupção. A divulgação do documento em todo o Estado serviu para ampliar o debate com a sociedade.

A participação das comarcas do interior no ato é fruto da gestão itinerante da Amagis, que promoveu



Juízes, representantes do legislativo e da OAB no ato em Teófilo Ottoni

IZABELA MACHADO



Maurício Soares e Alberto Diniz com juízes e juízas de Viçosa e região

encontro com juízes de 11 comarcas nos últimos meses. No dia 1º de setembro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto

Diniz, reuniram-se com juízes da Comarca de Viçosa e Região. Na ocasião, foram discutidos diversos assuntos de interesse da classe, entre eles os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional. ■

AMAGIS EXALTA JUÍZES ESTADUAIS

A Amagis saúda todos os juízes e juízas estaduais pela qualificada atuação e competência na condução das eleições municipais deste ano, dignas do reconhecimento do País e do mundo.

Novamente, a Justiça Estadual se mostra apta a cumprir mais essa missão constitucional que lhe foi conferida, garantindo a lisura das eleições e o pleno exercício da democracia e da cidadania.



Desembargador Maurício Soares
Presidente da AMAGIS



Nota pública tem ampla repercussão

Documento foi lido durante os atos e divulgado para a imprensa mineira

A denúncia contra projetos que comprometem a autonomia e o funcionamento do Sistema de Justiça não ficou restrita aos fóruns de Minas Gerais (*leia mais na página 3*). A nota, assinada pela Amagis e a Associação Mineira do Ministério Público, foi

divulgada para toda a imprensa e repercutiu em todo o Estado.

O documento aponta as consequências, para a sociedade e o Poder Judiciário, caso projetos como a PEC 184/2007, os PLS 27/16 e 28/16, e a PEC

62/2015 sejam aprovados. No texto, as Associações não desconsideram a gravidade da crise econômica, mas alertam que as medidas propostas são inconstitucionais. Lei abaixo a nota na íntegra. ▼



Associações denunciam projetos que comprometem funcionamento da Justiça

As Associações que subscrevem esta nota pública conjunta denunciam e alertam a sociedade contra a aprovação de projetos que, em sua forma original, comprometem gravemente a autonomia e o funcionamento do Sistema de Justiça. São iniciativas e ações coordenadas que afetam a independência de julgar no momento em que o País combate a corrupção e asfixiam órgãos públicos que sustentam a justiça e democracia brasileiras.

Um deles, o PLS 280/16, prevê punições a crimes de abuso de autoridades que, numa tentativa de intimidação e de amordaçamento, afeta diretamente a independência judicial e trava as atividades da Polícia e do Ministério Público. Se aprovado, inviabilizaria investigações em curso, como as operações Lava Jato, Zelotes, Pandora. A proposta ofende a Constituição Federal, a Lei Orgânica da Magistratura e do Ministério Público, que garantem prerrogativas invioláveis, e agride a independência dos Poderes da República e o Estado Democrático de Direito.

No âmbito das investigações, há propostas de regulamentação do Inquérito Civil, perda do poder investigatório do Ministério Público no projeto do novo Código de Processo Penal, além da lamentável tentativa de anistia para caixa 2.

Também a PEC nº 184/2007, que ignora os requisitos constitucionais das carreiras jurídicas ao permitir o acesso de delegados aos cargos de desembargadores e ministros do Superior Tribunal de Justiça, através do quinto constitucional.

Em outra orquestração articulada, impedem a aprovação dos PLS 27/16 e 28/16, que preveem a recomposição dos subsídios das carreiras jurídicas da Magistratura e do Ministério Público, sob a alegação de desequilíbrio econômico, que, na verdade, é resultado de malfeitos e desacertos políticos e não de correção parcial inflacionária, assegurada anualmente no artigo 37, X, da Constituição Federal. Não buscamos aumentos, mas tão somente a reposição.

Ainda há movimento de votar, em regime de urgência, a PEC 62/2015, que trata da desvinculação remuneratória automática dos subsídios, vencimentos e salários no âmbito do Poder Público. A medida significa atraso, pois descaracteriza a unicidade da Magistratura e do Ministério Público, fragilizando sua autonomia e expondo-os às influências políticas regionais e episódicas.

Entendemos que a crise econômica é grave, mas queremos ao menos ser ouvidos para evidenciar que tais medidas, além de inconstitucionais, representam riscos e comprometem o funcionamento dessas instituições.

Por meio desse ato público, estamos denunciando essa campanha de desconstrução do Sistema de Justiça, em indarfarçável retaliação às recentes ações protagonizadas por agentes do Ministério Público e da Magistratura. Realizaremos também ato nacional, em Brasília, contra o iminente retrocesso institucional.

Belo Horizonte, 4 de outubro de 2016

Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS)
Associação Mineira do Ministério Público (AMMP)

Pensionistas reivindicam paridade

Amagis foi premiada por participar com a maior delegação no congresso

ARQUIVO PESSOAL



Pensionistas da magistratura mineira em Bento Gonçalves (RS)

Com uma delegação formada por 78 membros, as pensionistas da magistratura mineira tiveram uma importante participação no XI Congresso Nacional de Pensionistas da Magistratura, promovido pela AMB e a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, dos dias 12 a 17 de setembro, na cidade gaúcha de Bento Gonçalves.

Durante o congresso, foram realizadas diversas palestras, como a proteção jurídica na maturidade, e debatidos temas

sobre os direitos das pensionistas, aprovados e registrados oficialmente na Carta de Bento Gonçalves.

O documento apresenta uma série de reivindicações, como a aprovação da PEC 63, que institui a parcela indenizatória de valorização por tempo na Magistratura e Ministério Público; a implantação, pelos Tribunais de Justiça e Institutos de Previdência, dos benefícios concedidos aos magistrados da ativa, extensíveis por lei a pensionistas



Leia a íntegra da carta de Bento Gonçalves
<http://bit.ly/2cUfWQT>

e aposentados; e o pagamento dos proventos e pensões na mesma data em que recebe a magistratura, preservando os princípios da integridade e paridade.

De acordo com a diretora de pensionistas da Amagis, Marlene Maria Almeida Fernandes, a expectativa quanto ao atendimento dos pleitos em Minas Gerais é muito positiva. "Nosso Estado é reconhecido por seu pioneirismo em atitudes, o que nos leva a crer que obteremos sucesso em nossas pretensões", comentou Marlene Fernandes, que celebrou ainda a conquista do quinto troféu de maior delegação do congresso. ■

Política de Segurança

Resolução do CNJ padroniza procedimentos

Com o objetivo de padronizar os procedimentos referentes à segurança institucional no Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, no dia 6 de setembro, a Resolução nº 239, sobre a segurança pessoal dos magistrados e familiares em situação de risco, bem como de servidores e frequentadores dos órgãos da Justiça.

Como princípios, a resolução observa a preservação da vida e garantia dos direitos humanos, autonomia e independência do Poder Judiciário, efetividade da prestação jurisdicional, a garantia dos atos judiciais e a proteção dos ativos da Justiça.

Entre as diretrizes da política aprovada, estão o fortalecimento da atuação do CNJ na governança das ações

de segurança institucional, a busca permanente da qualidade, o incentivo à integração das unidades de segurança institucional, o compartilhamento de boas práticas e modernização da segurança institucional no Poder Judiciário.

A resolução destaca ainda a atividade de inteligência, entendida como o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais ao Poder Judiciário.

A diretoria da Amagis tem acompanhado os debates no CNJ. Atento às apreensões da magistratura mineira, o presidente da Associação, de sem bargador Maurício Soares, enviou ofício, no dia 26 de setembro, ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, solicitando o aprimoramento da segurança dos juizes nas audiências de custódias, especialmente nos plantões de fim de semana. ■

Gerenciamento das Unidades Judiciárias

Corregedoria disponibilizará sistema de gestão para magistrados

RENATA CALDEIRA / TJMG



Corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça

Atualmente, o número de processos na Justiça brasileira ultrapassa os 100 milhões. Independentemente das diferentes explicações que possam ser dadas para esclarecer esse volume, uma coisa é certa: esse número aumenta a pressão sobre o Judiciário por melhores resultados.

Para auxiliar os magistrados a desempenharem o papel de gestores, a Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais está desenvolvendo o Sistema de Gerenciamento de Unidades Judiciárias, que possibilitará a análise de séries históricas, a produção de indicadores e a avaliação de tendências para a tomada de decisões estratégicas.

Segundo o corregedor-geral de Justiça, desembargador André Leite Praça, a ferramenta permitirá ao juiz ter uma visão sistêmica do funcionamento da sua unidade judiciária, favorecendo a elaboração de um diagnóstico mais preciso dos pontos críticos e das ações a serem implementadas para a solução desses problemas. “É uma ferramenta importantíssima para os magistrados, pois lhes confere o poder de monitorar, avaliar, controlar os resultados e, a partir de então, gerenciar com excelência a unidade judiciária”, avaliou.

O sistema facilitará ainda a geração de informações sobre o desempenho de todas as unidades judiciárias do Estado, para que possam ser identificadas as principais necessida-

des do Judiciário mineiro, e definida qual deve ser a atuação prioritária. Quando necessário, as equipes da Corregedoria irão auxiliar magistrados e servidores na elaboração do planejamento da sua respectiva unidade judiciária. “Nossa atuação terá como objetivo desenvolver e aprimorar competências, que a administração entende necessárias, para o alinhamento estratégico das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau, para o cumprimento dos macrodesafios e metas estabelecidas pelo CNJ e pelo próprio TJMG”, esclareceu o corregedor.

Na avaliação do desembargador André Leite Praça, a concepção de que o planejamento estratégico seria restrito à alta administração vem cedendo espaço para o planejamento centrado na realização estratégica, ou seja, na concretização daquilo que se planejou. Essa nova visão reforça a condição de gestores públicos dos magistrados, a partir da adoção de modelos de gestão capazes de garantir o aprimoramento da administração da Justiça.

“Um dos objetivos principais fixados para minha gestão à frente da Corregedoria-Geral de Justiça é, certamente, o de transformá-la numa multiplicadora de boas práticas de gestão, em um apoio efetivo aos magistrados para fazer frente a esse grande desafio que é o de entregar justiça, de forma célere, segura e eficiente”, reconheceu o corregedor. ■



“É uma ferramenta (o sistema de gerenciamento) importantíssima para os magistrados, pois lhes confere o poder de monitorar, avaliar, controlar os resultados”
Desembargador André Leite Praça

RÁPIDAS

✦ O Governo de Minas homenageou, no dia 12 de setembro, magistrados mineiros com a Medalha Presidente Juscelino Kubitschek, em solenidade realizada na histórica Diamantina. Veja abaixo a relação de agraciados.

GRANDE MEDALHA

Desembargador Herbert José Almeida Carneiro
– Presidente do TJMG

Desembargador Francisco Kupidowski – Desembargador e membro do Conselho Gestor da Amagis Saúde e secretário de Estado de Administração Prisional

Desembargador Wagner Wilson Ferreira – 2º Vice-Presidente do TJMG

MEDALHA DE HONRA

Desembargadora Maria Aparecida de Oliveira Grossi Andrade

Desembargadora Mônica Libânio Rocha Bretas

Desembargador Alberto Diniz Junior, vice-presidente Financeiro da Amagis

Desembargador Evandro Lopes da Costa Teixeira

Desembargador Renato Luís Dresch

Desembargador Wanderley Salgado de Paiva

Juiz Marcelo Gonçalves de Paula



✦ A desembargadora Mariza de Melo Porto foi homenageada, no dia 16 de setembro, com a Medalha do Mérito do Ministério Público Promotor de Justiça Francisco José Lins do Rego Santos. O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou da cerimônia.

Solidariedade reúne a magistratura

Aproximadamente 200 pessoas participaram da Feijoada do Nutris

GEORGIA BAÇVAROFF



Presidente da Amagis com diretoras do Nutris

GEORGIA BAÇVAROFF



Magistrados e familiares no Parque Esportivo

A solidariedade reuniu, no dia 24 de setembro, aproximadamente 200 magistrados e familiares na Feijoada do Nutris, realizada anualmente pela Amagis, no Parque Esportivo da Associação, com o objetivo de arrecadar fundos para o Núcleo de Trabalho e Integração Social (Nutris) e Núcleo de Arte e Cultura (NAC), voltados para crianças e adolescentes carentes do bairro Mariano de Abreu, na região Leste de Belo Horizonte.

O presidente da Amagis, desembargador

Maurício Soares, destacou o quanto é importante o apoio e a contribuição dos magistrados para que esse trabalho assistencial seja mantido. “É com muito carinho que realizamos este evento para arrecadar fundos para o Nutris e, por isso, é muito gratificante ter aqui a presença de todos vocês”, afirmou.

De acordo com a presidente do Nutris e diretora de pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, os recursos obtidos são destinados para complementar o pagamento de despesas de pessoal, alimentação e de manutenção do espaço.

Presidente de honra do Nutris, a pedagoga Denise Pires Carneiro, esposa do presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, disse que ela e o marido continuarão

colaborando para que o Nutris e o NAC continuem ajudando crianças e adolescentes. Denise disse ainda que pretende dar suporte pedagógico a toda a equipe do Nutris, favorecendo o crescimento dos meninos e meninas em graça e sabedoria.

Por meio de atividades pedagógicas, os núcleos promovem a integração social e a cidadania. No dia 7 de setembro, crianças e adolescentes do Nutris e do NAC realizaram um desfile cívico no bairro Mariano de Abreu. ■



Contribua com o Nutris e o NAC: (31) 3079-3471.

Dignidade no cumprimento da pena

Decisão impede transferência de presos e fechamento de cadeia

Em respeito aos princípios constitucionais da dignidade humana e da individualização no cumprimento da pena, o juiz Rowilson Gomes Garcia, da Comarca de Estrela do Sul, no Triângulo Mineiro, em decisão liminar confirmada pelo TJMG, no dia 8 de setembro, suspendeu a transferência dos presos do município para a cida-

de de Monte Carmelo, na mesma região.

Na decisão, o Rowilson Gomes sustentou que a medida, pretendida pela Secretaria de Estado de Defesa Social, colocaria os presos em presídios maiores, cuja população carcerária está acima da capacidade, afastando ainda os detentos de suas raízes e familiares.

Para o magistrado, assegurar o contato

direto com os parentes contribui para a ressocialização do apenado. “Estou certo de que, ao cumprir a pena próximo de seus familiares – Princípio da Regionalização do Cumprimento da Pena –, o reeducando tem maiores condições de alcançar a ressocialização”, afirmou.

A decisão de Rowilson Gomes impediu ainda o fechamento da cadeia pública de

Estrela do Sul. “É de conhecimento deste Juízo que a cadeia pública local funciona de forma satisfatória, com proporcionalidade de número de presos por cela, adequado espaço físico, sem rebeliões, enfim, sem qualquer fator extraordinário que recomende o encerramento das atividades de forma súbita”, apontou o magistrado. ■

Amagis estimula produção literária

MagisCultura e o Livro de Graça na Praça são apoio aos novos escritores

TIAGO PARRELA

Com o objetivo de difundir o hábito da leitura e estimular a produção literária, a Amagis participou, no dia 11 de setembro, da 14ª edição do 'Livro de Graça na Praça', projeto que reuniu cerca de 20 mil pessoas na Praça Duque de Caxias, em Santa Tereza (leste de Belo Horizonte).

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, destacou que a participação da Associação na iniciativa também aproxima os magistrados da população. "Este evento proporciona à Amagis aproximação com a população e transmite o incentivo à leitura e aos bons textos", reconheceu.

Segundo o juiz Renato César Jardim, diretor da Revista MagisCultura, cuja 16ª edição foi lançada no evento, a preocupação dos magistrados mineiros e da Associação é contribuir com a cultura e interagir com a população. "A cultura também é uma forma de se promover a pacificação social, por meio da literatura e dos textos que são apresentados na revista", avaliou.

A MagisCultura é também a forma de a Associação estimular a produção literária dos magistrados

TIAGO PARRELA



Magistrados no evento na Praça Duque de Caxias, em Santa Tereza (BH)



"Este evento proporciona à Amagis aproximação com a população e transmite o incentivo à leitura e aos bons textos"
Maurício Soares,
presidente da Amagis

mineiros. Para o juiz Renato Zupo, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Araxá (Alto Paranaíba), autor dos romances "Verdugo", "Rio de Lua" e com um terceiro em produção, uma das dificuldades à entrada de novos autores no mercado editorial é a falta do chamado agente literário. "Os agentes literários daqui se dedicam somente a autores consagrados. Sobram-nos plataformas via internet e contatos pessoais para tentar publicar por meio de editoras independentes ou por um sistema de coparticipação, em que o editor registra a obra em nome do autor", comentou.

A Crivo, editora independente de Belo Horizonte, atesta que as iniciativas autônomas são, em parte, alternativa viável para a publicação de novos autores. "Há uma abertura muito maior (quase familiar) de uma editora independente para com os

autores. A própria estrutura da editora independente, por ser menor, permite isso", afirmou Lucas Maroca, um dos editores-sócios da Crivo.

Segundo o juiz Renato Zupo, os custos de publicação podem também ser altos nas editoras independentes. "Os valores oscilam demais, entre R\$ 15 mil e R\$ 40 mil, normalmente. Isso para uma tiragem de cerca de mil exemplares. Mas é possível publicar pagando menos ou mais, e aí entram as parcerias, o financiamento coletivo e a coparticipação", disse.

De acordo com Maroca, os custos com uma publicação dependem muito de cada livro. "Você tem uma série de variáveis (tipo de papel, tiragem, formato do livro etc.) que vão determinar o preço final da publicação. Acreditamos, sim, que importa à editora e ao autor conseguir desenharmos possibilidades para tornar o livro possível e viável", ponderou.

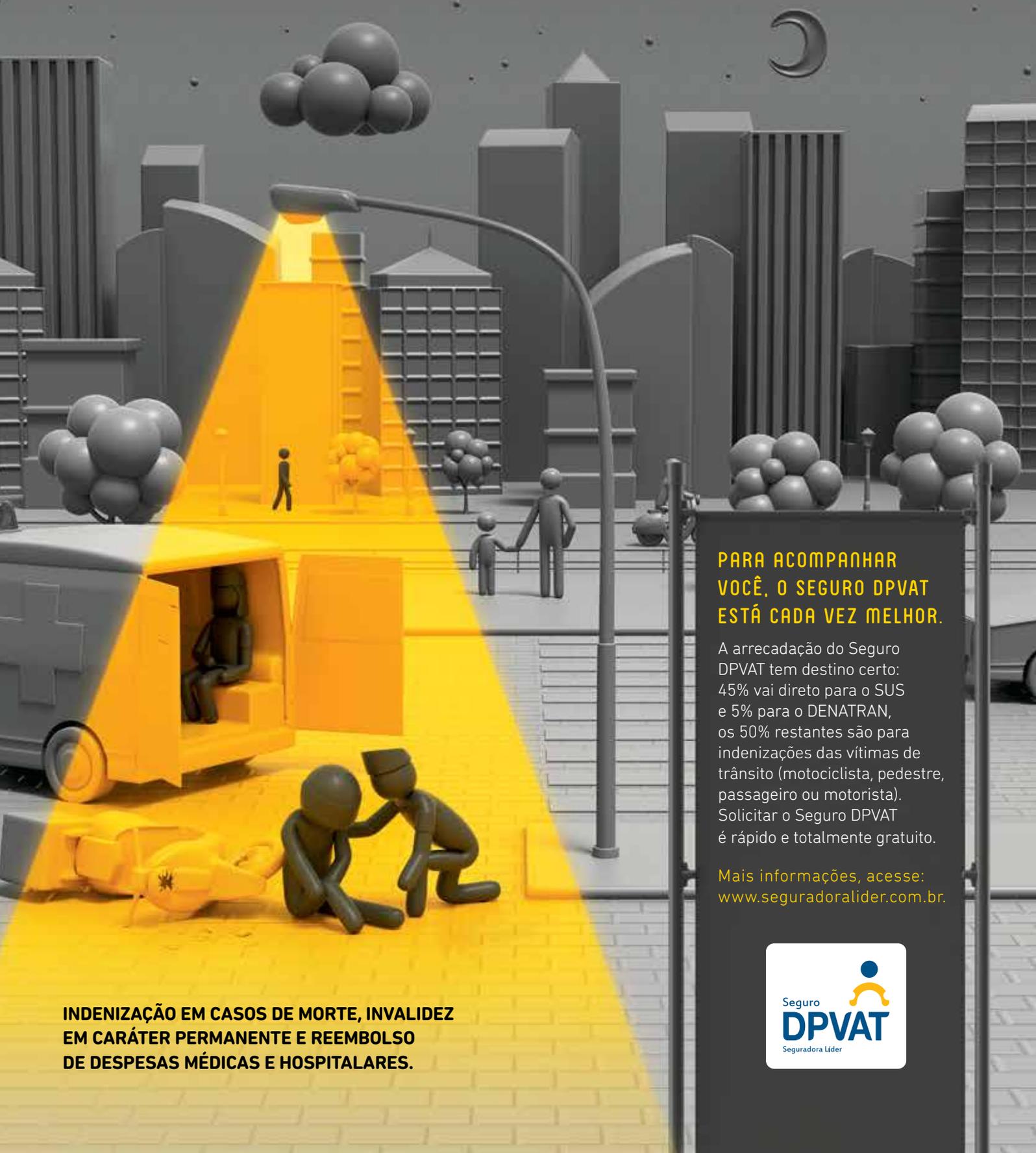


"A cultura também é uma forma de se promover a pacificação social, por meio da literatura e dos textos que são apresentados na revista"
Renato Jardim,
diretor da MagisCultura

Lançada em abril deste ano, a revista literária Chama, que circula na capital mineira, é uma iniciativa que busca espaço no mercado editorial. De acordo com a jornalista Flávia Denise, idealizadora da publicação, a revista nasceu da vontade de ver a criação literária nacional se desenvolver e evoluir. "Senti um incômodo ao perceber que minhas leituras, principalmente quando buscava escritores contemporâneos, passavam por outras línguas que não a minha. E, buscando esse 'grande autor brasileiro', percebi que teria que ir eu mesma atrás de gente que escreve, mas que, muitas vezes, não tem oportunidade de publicar", afirmou.

Flávia Denise avaliou que uma das alternativas para os novos autores publicarem seus livros, e a mais usual, é a autopublicação. Segundo ela, muita gente torce o nariz para esse tipo de iniciativa, mas é uma boa opção para quem não tem oportunidade de dar vazão ao seu trabalho. "O desafio maior, porém, é a dificuldade em fazer a obra circular. Afinal, se para as editoras, que têm espaço em livrarias, é difícil vender os livros, imagina para um autor iniciante?", analisou. ■

VOCÊ PODE NÃO VER,
MAS O SEGURO DPVAT
ESTÁ SEMPRE COM VOCÊ.



**PARA ACOMPANHAR
VOCÊ, O SEGURO DPVAT
ESTÁ CADA VEZ MELHOR.**

A arrecadação do Seguro DPVAT tem destino certo: 45% vai direto para o SUS e 5% para o DENATRAN, os 50% restantes são para indenizações das vítimas de trânsito (motociclista, pedestre, passageiro ou motorista). Solicitar o Seguro DPVAT é rápido e totalmente gratuito.

Mais informações, acesse:
www.seguradoralider.com.br

**INDENIZAÇÃO EM CASOS DE MORTE, INVALIDEZ
EM CARÁTER PERMANENTE E REEMBOLSO
DE DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES.**



Esmeraldas terá eleição feminina

Juíza Cirlaine Guimarães nomeou apenas mulheres para a presidência das mesas

Pela primeira vez na história, a participação feminina em uma eleição foi superior à masculina em todos os estados brasileiros. Dos 144 milhões de votantes, 75.226.056 são mulheres, o que corresponde a 6,4 milhões a mais de eleitoras em relação aos homens, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entretanto, esses números não expressam necessariamente a participação das mulheres na política. Apesar de, em 1997, a Lei das Eleições estabelecer que cada partido ou coligação deve ter o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, nem sempre essa cota é cumprida.

Atenta a essa realidade, a juíza Cirlaine Maria Guimarães, da Comarca de Esmeraldas (Grande BH), nomeou somente mulheres para a presidência das mesas receptoras de votos e de justificativa da Comarca. "O objetivo foi trazer uma maior sensibilização das mulheres quanto à importância da participação na vida política, colocando-as em uma posição de destaque e valorização

em um cenário em que prevalece a presença dos homens", argumentou.

De acordo com magistrada, a proposta surgiu em uma conversa com o chefe do cartório eleitoral de Esmeraldas, Marcelo Tavares, e foi muito bem recebida na comarca. Para ela, essa mudança cultural é possível por meio de leis e ações efetivas como conscientização das mulheres, pelos próprios partidos políticos e da importância da participação delas no poder público.

Cirlaine Guimarães apontou a própria Comarca de Esmeraldas como um exemplo de uma cidade onde a participação das mulheres ainda é muito tímida. "A comarca possui 45.296 eleitores, sendo 50,57% mulheres, mas a participação das mulheres na política ainda é muito baixa: menos de 10%", comentou.

Para a Juíza, a nomeação exclusiva de mulheres para presidência das mesas contribuiu para uma reflexão na comunidade sobre o que ela considera como sub-representatividade feminina na política brasileira. ■

CLÁUDIA RAMOS/TRE-MG



Juíza Cirlaine Guimarães fala da iniciativa à imprensa

51%

do eleitorado mineiro é formado por mulheres



Dictum
Instituto de gestão e perfil

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
E EXTRAJUDICIAL
DE EMPRESAS.**

31 3282-5374
www.dictuminstituto.com.br

Conheça nossa atuação. Faça contato.

Alameda Oscar Niemeyer, 420, sl.304 - Vila da Serra - Nova Lima/MG
CEP: 34.000-000 - www.dictuminstituto.com.br - (31) 3282-5374

TODOS TÊM DIREITO A TER PAI

Parceria promove mutirão pelo reconhecimento de paternidade

IZABELA MACHADO



Recepção
do Centro
de
Referência

IZABELA MACHADO

Carrinhos de plástico, bonecas e ursos de pelúcia espalhados no chão, televisão ligada no canal de desenhos animados, crianças mamando, sorrindo e correndo de um lado para outro. Quem imagina essa situação pensa que ela pode ocorrer em qualquer lugar, menos em uma dependência da Justiça.

No entanto, no Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP) de Belo Horizonte, essa cena é mais do que comum. O ambiente acolhedor e humanizado em nada lembra a seriedade e frieza da maioria das repartições públicas.

No CRP, são feitos, em média, 70 atendimentos por dia, a maioria de mulheres que vão lutar pelo direito, garantido na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de o filho ter o nome do pai na certidão de nascimento. E elas quase nunca estão sozinhas.

Sentada na recepção, com um bebê de 4 meses no colo e vendo o outro filho, de um ano e oito meses, brincar na sala, a cuidadora de idosos Cláudia Silva, 19, aguarda a chegada do suposto pai do filho mais velho para, juntos, saberem o resultado do tão esperado exame de DNA. A ansiedade é facilmente percebida nos olhos e nos gestos da mãe.

Cláudia conta que conheceu o pai do garoto, o cabeleireiro An-

derson Oliveira, 24, no centro de Belo Horizonte. Os dois começaram a se relacionar e, em pouco tempo, ela estava grávida. Depois que o parceiro tomou conhecimento da gravidez, a relação dos dois terminou. "Quando ele soube da gravidez, ficou nervoso, chegou a pedir para eu tirar a criança, mas disse que não iria fazer isso. Mesmo que ele não me ajudasse, estava disposta a cuidar do menino sozinha", afirmou.

Segundo Cláudia, o ex chegou a visitar a criança algumas vezes e, há sete meses, se aproximou mais do garoto. "Foi aí que ele decidiu fazer o teste de DNA, mas, no início, até eu tive dúvidas porque tinha medo de que, após o resultado, ele tomasse a criança de mim. No final, vi que seria importante para meu filho ter o nome do pai nos documentos. Isso vai fazer diferença na vida dele", disse a mãe.

Após mais de duas horas de espera aguardando a chegada do suposto pai da criança, finalmente Cláudia sentou-se ao lado de Anderson para ouvir de um mediador do CRP que o exame tinha dado positivo e que o cabeleireiro era mesmo o pai biológico do menino. Para a mãe, o resultado significava o fim da frustração por ter um filho sem o nome do pai na certidão de nascimento e a possibilidade de ver sua criança crescer amparada pela figura paterna.

Para Anderson, aquele momento representava o início de uma nova vida. "Quero fazer tudo pelo meu filho, e não só pagar pensão alimentícia. Ele agora é a minha família. Tenho que cuidar, educar, colocar para crescer e virar gente do bem. Agora, é mais fácil eu perder a minha vida do que deixar ele perder a dele", disse, emocionado.

"São histórias como essa que inspiram tantas outras mães e pais, que encontram na Justiça o apoio e as condições para dar uma vida mais digna aos filhos. O Poder Judiciário está aqui para isso", afirmou a juíza Maria Luíza de Andrade Rangel Pires, coordenadora do CRP de Belo Horizonte e titular da Vara de Registros Públicos.

MUTIRÃO NO ESTADO

Na capital mineira, e em mais 39 comarcas do Estado, centenas de pessoas tiveram a chance de começar a preencher o vazio gerado pela

ausência do registro de paternidade. Isso porque, no dia 7 de outubro, foi realizado o Mutirão Direito a Ter Pai, uma parceria entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e a Defensoria Pública do Estado. Durante a ação, foram feitos gratuitamente exames de DNA, reconhecimento espontâneo de paternidade, com lavratura de certidão de nascimento imediata, agendamento para propositura de ações de investigação de paternidade, entre outros procedimentos.

Além do reconhecimento da paternidade, a iniciativa promove a conscientização quanto à importância da aproximação entre pais e filhos e a reconstrução de vínculos afetivos, que são de extrema importância para a formação do ser humano.

Para a defensoria pública e coordenadora regional de Família e Sucessões da capital, Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, ao possibilitar o reconhecimento da paternidade, seja de forma espontânea ou por meio do exame de DNA, a Defensoria e o TJMG contribuem para a criação de um vínculo afetivo entre o filho, seja ele menor ou não, com o pai.

Na Defensoria Pública, uma história ficou marcada entre os funcionários. A defensora conta que um senhor, idoso, procurou o local para fazer o reconhecimento espontâneo de seu filho, já na idade adulta. O filho sofre com um câncer em estágio terminal e não poderia comparecer à audiência.

5 milhões de crianças brasileiras não possuem o nome do pai

ATENDIMENTO PERMANENTE

Para a juíza Maria Luiza de Andrade Rangel Pires, a vantagem do mutirão é que ele concentra várias etapas em um mesmo dia. Após a mobilização, os casos são encaminhados ao CRP, que dará andamento aos processos.

No entanto, segundo a magistrada, é importante ressaltar que o Centro está de portas abertas durante todo o ano para receber a população. Desde 2013, quando o levantamento começou a ser feito, o CRP já recebeu 34.603 averiguações de paternidade, uma média de 804 distribuições por mês. Além disso, há outros 90 procedimentos mensais referentes a notificações de registro.

O CRP faz o mesmo trabalho do mutirão. A diferença é que a coleta do material genético não é realizada no mesmo dia, mas, em média, dois dias depois. “O Poder Judiciário tem projetos muito positivos, e a sociedade precisa conhecer isso. O trabalho desempenhado no CRP demonstra o efetivo papel social da Justiça”, disse a juíza.

DESAFIOS

Dados Conselho Nacional de Justiça apontam que mais de 5 milhões de crianças brasileiras não possuem o nome do pai na certidão de nascimento. No CRP, cerca de 90% do público é de baixa renda. Os casos mais comuns são de mães que comparecem espontaneamente ao Centro, de mulheres que receberam uma carta solicitando que prestem informações sobre a paternidade não estabelecida da criança, uma vez que o registro de nascimento do filho foi feito sem o nome do pai, e de crianças matriculadas em escola pública sem o nome do pai no documento.

O CRP trabalha em uma fase pré-processual, de conciliação. Se o suposto pai não comparecer à audiência, a mãe recebe toda a orientação para ingressar com uma ação de reconhecimento de paternidade. “No Centro, lidamos com situações em que, muitas vezes, o suposto pai e a mãe sequer sabem o nome um do outro. São relações avulsas e, de repente, aqueles dois indivíduos passam a ter um elo eterno. É

complicado lidar com isso e fazer o homem perceber a importância dele na vida daquela criança”, declarou a magistrada.

Há situações, por exemplo, de mães viciadas em droga, que têm o filho em um abrigo, e o pai procura o CRP para fazer o exame de DNA e obter a guarda da criança. Para a juíza Maria Luiza Rangel, esses são os casos que envolvem uma maior carga emocional. “Para mim, o mais difícil é quando preciso dar o resultado de um DNA negativo de criança abrigada”, disse a juíza.

PATERNIDADE RESPONSÁVEL

Embora com menor incidência, há também casos em que o próprio pai procura a Justiça para reconhecer espontaneamente o filho. Esse é a situação da dona de casa Alexandra Souza, 34, mãe de duas meninas, de 2 e 5 anos. O companheiro dela está preso e, por conta disso, não pôde registrar as crianças quando elas nasceram.

A pedido dele, Alexandra procurou o CRP para dar início ao processo de reconhecimento espontâneo. “Esse reconhecimento vai ajudar na autoestima das minhas filhas, que não terão mais que passar por situações constrangedoras”, afirmou a dona de casa.

O trabalho desenvolvido no Centro resulta, em boa parte dos casos, no início de um vínculo afetivo entre pai e filho e, muitas vezes, no início de uma nova família. Na recepção do CRP, há um quadro idealizado pela juíza Maria Luiza Rangel com fotos que retratam situações emocionantes vividas lá dentro. Uma delas diz respeito a um pai que pediu a mãe de sua filha em casamento dentro da sala de audiência, logo após receber a notícia de que seu teste de DNA tinha dado positivo.

“Cada história é única, mas todo mundo foi gerado a partir de um óvulo e um espermatozoide. Então, conhecer essa outra metade ajuda a acabar com a sensação de abandono”, disse a magistrada. Para ela, paternidade não é só um pedaço de papel ou o cumprimento das obrigações legais. “No CRP, sempre falo para esses novos pais que, muito mais que um nome, a criança precisa mesmo é de afeto e da presença efetiva da figura paterna na vida dela”, afirmou. ■

IZABELA MACHADO



Cláudia Silva com os filhos



Juíza Maria Luíza Rangel

Cármem Lúcia propõe Judiciário cidadão

Ministra destacou compromisso com os jurisdicionados em sua posse

“Entregar ao cidadão brasileiro o seu direito é compromisso com o ato de Justiça”. Afirmou a nova presidente do STF, ministra Cármem Lúcia, em seu discurso de posse na Presidência do Supremo, realizada no dia 12 de setembro, da qual participaram diversas autoridades e representantes de Associações de magistrados, como o presidente Maurício Soares.

De acordo com a presidente do STF, hoje, não basta somente reformar o Judiciário: “é preciso reformá-lo com a adoção de práticas inovadoras em benefício exclusivo dos jurisdicionados”. A ministra destacou a necessidade de diminuir o tempo de duração dos processos sem a perda das garantias do devido processo legal.

“O cidadão brasileiro está muito insatisfeito por não termos o Brasil que queremos, mas que é nossa responsabilidade direta colaborar, em nosso desempenho, para construir”, afirmou Cármem Lúcia, para quem é preciso atuar no limite da capacidade para que a jurisdição seja prestada a todos.

Durante a sua gestão, a nova presidente do STF terá à sua frente julgamentos como os da Lava Jato, da dívida dos Estados com União, do direito de aborto a mulheres grávidas infectadas com o Zika Vírus, dos planos econômicos das décadas de 1980 a 1990, além de temas importantes como a nova Lei Orgânica da Magistratura.

Pouco depois de sua posse, a nova presidente do STF deu início à montagem da sua equipe, da qual passam a fazer parte o juiz mineiro Júlio Ferreira de Andrade, membro do Conselho Deliberativo da Amagis, escolhido para atuar como juiz auxiliar da Presidência e Secretário-Geral do CNJ, e o juiz Taunier Cristian Malheiros Lima, designado como juiz auxiliar do gabinete da Presidência do STF. ■

Rodrigo Janot, Renan Calheiros, Cármem Lúcia e Michel Temer

FELIPE SAMPAIO-SCO/STF



Presidente da Amagis, Maurício Soares, com a presidente do STF



Honda você compra melhor na Banzai.

Atendimento exclusivo e pós vendas completo.



AMAGIS tem condições exclusivas na Banzai!

Consulte condições do convênio Banzai e Amagis. Benefícios não cumulativos a outras ofertas ou condições promocionais da Banzai.

Banzai. Prazer em atender alegria em cuidar do seu Honda.

 **Banzai**

Contorno, 10.331
Barro Preto | 31 3878.8888

Antônio Carlos, 7.635
Pampulha | 31 3401.4100

banzaihonda.com.br

Eleições da AMB

Três chapas disputarão o pleito deste ano

Dos dias 5 a 11 de novembro, magistrados de todo o País irão votar para escolher a nova diretoria da AMB. Neste ano, três chapas irão disputar o pleito.

A fim de preservar o caráter democrático da disputa, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, convidou os postulantes à presidência da Associação nacional para um debate com os magistrados mineiros.

Com o debate, a Amagis pretende dar aos candidatos a oportunidade de apresentarem suas plataformas de gestão para a AMB, e possibilitar aos associados esclarecerem suas dúvidas e exporem suas posições sobre os temas que considerarem relevantes. O presidente Maurício Soares irá entregar aos candida-

tos um documento com as propostas da magistratura mineira.

A votação será de 5 a 9 de novembro, pela internet, e 10 e 11 de novembro, por carta ou pessoalmente. As orientações para os eleitores serão publicadas no site amagis.com.br.

Conheça as chapas e candidatos no quadro abaixo. ▼

AMB Forte, Independente e Representativa

Presidente

- Jayme Martins de Oliveira Neto



Vice-presidentes

- Renata Gil de Alcântara Videira (*Amaerj*)
- Heyder Tavares da Silva Ferreira (*Amepa*)
- Maria Isabel da Silva (*Amagis-DF*)
- Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira (*Amab*)
- Nelson Missias de Moraes (*Amagis-MG*)
- José Arimatéa Neves Costa (*Amam*)
- Paulo César Alves das Neves (*Asmeço*)
- Francisco Borges Ferreira Neto (*Ameron*)
- Julianne Freire Marques (*Asmeto*)
- Jerson Moacir Gubert (*Ajuris*)

Coordenadoria da Justiça Estadual

- Frederico Mendes Júnior (*Ampar*)

Coordenadoria da Justiça do Trabalho

- Diego Petacci (*Amatra III/SP*)

Coordenadoria da Justiça Federal

- Renata Andrade Lotufo (*Ajufe*)

Coordenadoria da Justiça Militar

- Paulo Adib Casseb (*Amajme*)

Coordenadoria dos Aposentados

- Alemer Ferraz Moulin (*Amages*)

Conselho Fiscal

- Helvécio de Brito Maia Neto (*Asmeto*)
- Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira (*Apamagis*)
- José Anselmo de Oliveira (*Amase*)

AMB de Magistrado para Magistrado

Presidente

- Gervásio Protásio dos Santos Júnior



Vice-presidentes

- Emanuel Bonfim Carneiro
- Amaral Filho (*Amepe*)
- Nartir Dantas Weber (*Amab*)
- Ícaro Carvalho de Bem Osório (*Ajuris*)
- Cássio André Borges dos Santos (*Amazon*)
- Leonardo Lúcio Freire Trigueiro (*Amapi*)
- José Carlos Kulzer (*Amatra 12*)
- Sandro Pitthan Espíndola (*Amaerj*)
- Fernando Antonio Prazeres (*Ampar*)
- Júlio César Machado Ferreira de Melo (*AMC*)
- Marcos Coelho de Sales (*AMPB*)
- Alexandre Quintino Santiago (*Amagis-MG*)

Coordenadoria da Justiça Estadual

- Sebastião Coelho da Silva (*Amagis-DF*)

Coordenadoria da Justiça do Trabalho

- Rodrigo Trindade de Souza (*Amatra 4*)

Coordenadoria da Justiça Federal

- Rogério Favreto (*Ajufergs*)

Coordenadoria da Justiça Militar

- Fábio Duarte Fernandes (*Amajme*)

Coordenadoria dos Aposentados

- Haroldo da Gama Alves (*Amatra 8*)

Conselho Fiscal

- Valdeíse Maria Reis Bastos (*Amepa*)
- Marcos de Oliveira Pinto (*Amase*)
- José Hercy Ponte de Alencar (*ACM*)

Magistrados Independentes

Presidente

- Michel Curi e Silva



Vice-presidentes

- Alexandre Augusto Quintas (*Amajme*)
- Arielson Ribeiro Lima (*Amepa*)
- Edir Josias Silveira Beck (*AMC*)
- Eduardo Luiz Rocha Cubas (*filiação direta à AMB – DF*)
- Irineu Jorge Fava (*Apamagis*)
- Ludmila Lins Grilo (*Amagis-MG*)
- Paulo Cesar Ribeiro Meireles (*Apamagis*)
- Robson Celeste Candelorio (*Amamsul*)
- Rogério Carlos Demarchi (*AMC*)
- Ronie Carlos Bento de Sousa (*filiação direta à AMB – GO*)
- Walter da Silva (*Apamagis*)

Coordenadoria da Justiça Estadual

- Luiz Gomes da Rocha Neto (*Amepe*)

Coordenadoria da Justiça do Trabalho

- Andrea Keust Bandeira de Melo (*filiação direta à AMB – PE*)

Coordenadoria da Justiça Federal

- Roberto Wanderley Nogueira (*filiação direta à AMB – PE*)

Coordenadoria da Justiça Militar

- Jorge Luiz de Oliveira da Silva (*Amajme*)

Coordenadoria dos Aposentados

- Eduardo Guimarães Pessôa (*Amaerj*)

Conselho Fiscal

- Marcus Vinicius Garcia da Silva (*Amab*)
- Paulinne Simões de Souza (*Amamsul*)
- Vinicius da Silva Pereira (*Amagis-MG*)

Memória preserva a história da Amagis

Associação completa 61 anos no dia 21 de outubro

GEORGIA BAÇVAROFF



Linha do tempo com a história da Amagis

Você sabia que, no dia 10 de dezembro de 1979, foi sancionada a Lei que autorizou a doação de terreno à Amagis para a construção de sua sede? Essa e outras histórias sobre a Associação, que, no próximo dia 21 de outubro fará 61 anos, estão registradas no memorial instalado no térreo do prédio da Associação.

O espaço expõe documentos importantes como o registro de declaração de utilidade pública da Amagis, em 12 de dezembro de 1955, e reserva curiosidades como as fichas de inscrição dos primeiros filiados da Associação.



Visite o memorial de 9h às 18h, na sede da Amagis

Os visitantes poderão conhecer ainda personagens como o desembargador Helvécio Rosenberg, então presidente do TJMG, que, segundo o juiz aposentado Antônio Carlos Ferreira Botti, em entrevista à equipe do Memorial da Amagis, percebeu a força e importância da fusão da Associação Regional de Magistrados (Armam) com a Associação Es-

tadual dos Magistrados (Assemag), para dar vida à Amagis.

Os interessados podem visitar o memorial de 9h às 18h, na sede da Associação, que fica na rua Albita, 194, bairro Cruzeiro, na região Sul de Belo Horizonte.

A linha do tempo, que conta a história da Associação, instalada no Memorial, também pode ser visualizada no site amagis.com.br. ■



CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA ASSOCIADOS AMAGIS. CONSULTE!

VENHA EXPERIMENTAR OS VENTOS DE MINAS EM UMA TRIUMPH. AS MELHORES MOTOCICLETAS DO MUNDO.



TRIUMPH | BH

Barão, 4.508, esquina com a Raja | 31 3297.1000 | triumphbh.com.br

Consulte condições do convênio Triumph BH e Amagis. Benefícios não cumulativos a outras ofertas ou condições promocionais da Triumph BH.

AÇÃO VIOLENTA

Lei antiterror e a atuação das facções criminosas

THIAGO G. GANDRA*

O terrorismo se revela como uma ameaça nova, invisível e incompreendida. Cremos que a legislação antiterror não deixa de ser uma necessidade da vida moderna, embora funcione mais pelo simbolismo que representa do que como medida eficaz em termos penais.

Dois elementos básicos do terrorismo estão presentes nas legislações de vários países, um ligado à forma de atuação e resultados obtidos (elemento estrutural) e outro relacionado aos objetivos que se pretendem alcançar com o ato (elemento teleológico). Quanto ao primeiro, o terrorismo se caracteriza pela ação violenta e indiscriminada, resultando na lesão e/ou morte de um determinado número de pessoas. Quanto ao segundo, o ato de terror visa a instalação do medo coletivo e a fragilização do Estado.

A fixação de tais elementos é o que torna possível distinguir o terrorismo dos crimes comuns, com os quais mantêm uma identidade inicial. A prática terrorista utiliza-se de tipos penais existentes que passarão a ser tratados como crimes-meio no instante em que estiverem presentes os dois elementos caracterizadores do terrorismo.

É necessário, ainda, compreender a natureza comunicacional do ato terrorista, que se utiliza do discurso de terror como estratégia de comunicação. O terror se caracteriza pela criação de um estado emocional de grande medo e a disseminação desse estado se dá pela ação violenta, com multiplicidade de danos, instantaneamente divulgados pelos meios de comunicação. Tal disseminação não se alcança por um ato isolado, dissimulado ou às escondidas, mas pela capacidade de chamar a atenção da mídia local e mundial e de descortinar a fragilidade do Estado.

Analisando a Lei Antiterror brasileira (Lei 13.260/16), constata-se que o legislador inseriu

no tipo do terrorismo, além dos elementos estruturais e teleológicos, um elemento relacionado aos motivos do ato, num autêntico especial fim de agir. Assim, a finalidade do terrorismo deve ser a provocação do terror social ou generalizado (elemento teleológico), devendo o autor do ataque atuar de modo a expor a perigo a pessoa, o patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública (elemento estrutural). Também estabeleceu as formas ou meios pelos quais se praticam os atos de terrorismo (elemento estrutural).

NÃO É ADMISSÍVEL QUE FACÇÕES CRIMINOSAS, INSATISFEITAS COM AS DIRETRIZES E AÇÕES TOMADAS PELOS RESPONSÁVEIS PELO SISTEMA PRISIONAL, POSSAM SUBVERTER A ORDEM, INSURGINDO-SE CONTRA OS PODERES DO ESTADO, CRIANDO O CLIMA DE MEDO E INSEGURANÇA

A novidade fica por conta dos motivos do ato, que devem estar relacionados a razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião. Outros países assim não o fizeram (ex.: Espanha, Portugal e Itália).

Exigindo a lei brasileira que a motivação do ato esteja ligada a razões específicas, ataques como os que, recentemente, ocorreram em Natal (RN), orquestrados por presos ou por facções criminosas de dentro dos presídios, não caracterizam atos de terroris-

mo, diferente do que ocorreria em outros países.

O objetivo de pressionar o Estado a recuar, a revolta contra a instalação de bloqueadores de celular em penitenciárias, v.g., não está prevista dentre os motivos capazes de caracterizar o ato de terror.

Diante da fluidez do terrorismo e da amplitude de motivos capazes de influenciar na atuação violenta contra o Estado Democrático de Direito, a restrição imposta pela lei brasileira não se afigura adequada ao próprio conceito do terro-

re em outros países, mas o real problema foi ignorado.

Não é admissível que facções criminosas, insatisfeitas com as diretrizes e ações tomadas pelos responsáveis pelo sistema prisional, possam subverter a ordem, insurgindo-se contra os poderes do Estado, criando o clima de medo e insegurança e, assim, pretendendo que o poder público pratique ou deixe de praticar determinado ato. Ações legítimas do Estado, ligadas à efetiva fiscalização do sistema prisional, não podem ser alvo de ataques violentos contra o Estado e as pessoas.

Tais ataques são gravíssimos porque representam a própria negação dos poderes do Estado, colocam em risco um indeterminado número de pessoas, interferem na ordem estabelecida, submetem os cidadãos ao medo generalizado e, querem impor, pela violência, uma vontade contrária à lei. Nesse sentido, mereceriam melhor atenção do legislador, oportunidade perdida com a atual redação do tipo do art. 2.º da Lei 13.260/16. ■

(*) Juiz da Vara de Execuções Penais e Precatórias Criminais da Comarca de Ipatinga, mestre em Ciências Jurídico-Criminais pela Universidade de Lisboa -Portugal, professor de Direito Penal e Direito Processual Penal

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



FERNANDA MARQUÊS



BÁRBARA MACHADO

Reforma trabalhista

A Justiça do Trabalho sofreu, neste ano, corte de verbas causando a mudança no horário de atendimento e suspensão de serviços. O Governo Federal estuda ainda mudanças no Direito Trabalhista. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Ricardo Antônio Mohallem, 1º vice-presidente do TRT da 3ª Região, e o juiz Glauco Rodrigues Becho, presidente da Amatra 3. (Foto)

Eleições 2016

A chamada Reforma Eleitoral de 2015 alterou, de uma só vez, as leis das Eleições, dos Partidos Políticos e o Código Eleitoral. O Via Justiça discute as novidades na legislação eleitoral e as eleições de 2016. Participam do programa o juiz Bruno Terra Dias, presidente da Comissão de Propaganda Eleitoral, e o juiz Renato César Jardim, diretor do Foro Eleitoral de Belo Horizonte.

Divórcio e inventários

O Via Justiça faz um balanço da lei que permite a cartórios formalizar divórcios, partilhas e inventários. Tabelações de todo o País já oficializaram mais de um milhão e trezentos mil divórcios, partilhas e inventários. Nossos convidados são o desembargador Gilson Soares Lemes, da 8ª Câmara Cível do TJMG, e Beatriz Teodoro, tabeliã do 6º Tabelionato de Notas de Belo Horizonte.

Direitos dos animais

A nova lei de proteção de cães e gatos prevê multas de até R\$ 3 mil por maus-tratos e transfere, aos municípios, a responsabilidade pela identificação e o controle populacional desses animais. Participam do programa o desembargador Rogério Medeiros, da 13ª Câmara Cível do TJMG, e Anelisa Cardoso Ribeiro, promotora e coordenadora do Grupo Especial de Defesa da Fauna do MPMG. ■

Pessoas com deficiência

Dados do IBGE apontam que o Brasil tem mais de 45 milhões de pessoas com deficiência. De acordo com a pesquisa, 61% não têm instrução ou têm somente o ensino fundamental completo. O que fazer para que os direitos saiam da Constituição e se tornem realidade? Participa do programa a juíza Angelique Ribeiro de Souza, da 21ª Vara Cível de Belo Horizonte. (Foto)

Aquisição de imóvel

O atraso na entrega de imóveis vendidos na planta é uma queixa recorrente dos consumidores. Quando a decisão pela rescisão do contrato for do consumidor, mesmo que justificada, o percentual de retenção da parte vencedora poderá variar entre 10% e 25%, dependendo do caso em questão. O desembargador aposentado Alberto Aluizio Pacheco de Andrade fala sobre o assunto.

Maria da Penha

Há 10 anos, comemorados no dia 7 de agosto, a mobilização das mulheres conquistou uma de suas principais vitórias: a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. A Central de Atendimento à Mulher recebeu, em 2015, 749.024 denúncias, das quais 10,23% corresponderam a relatos de violência. Saiba mais com a juíza Maria Luiza Santana Assunção, da 16ª Vara Criminal de BH.

Ações de saúde

O Governo de Minas recebe, por dia, uma média de 55 mandados de segurança na área da saúde. Convênio firmado entre o TJMG e o governo prevê que a Secretaria de Estado da Saúde disponibilize profissionais da área para auxiliar juízes nos processos sobre os pedidos. Participa do programa o desembargador Saulo Versiani Penna, 3º vice-presidente do TJMG. ■

TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30

TV

TV JUSTIÇA

Sexta-feira, às 9h30

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h



BÁRBARA MACHADO

PERFIL

O Brasil está entre os países do mundo com as mais altas taxas de juros. Essa prática, utilizada pelo governo para atrair grandes investidores e financiar gastos públicos, torna o custo do dinheiro mais caro e impacta diretamente na vida do consumidor. Para este ano, o Banco Central fixou a taxa básica de juros em 14,5%. Para pessoas físicas, o crédito livre chegou a 71,9% ao ano, em julho. Nesse cálculo inclui-se, entre outros, o cheque especial, com uma taxa 318,4%, no mesmo período. Apesar dos números serem altos, nem sempre um juro pode ser considerado abusivo, como avaliou o juiz José Xavier Magalhães Brandão, do Juizado Especial das Relações de Consumo de Belo Horizonte.

Para ser considerada abusiva, é preciso que a taxa esteja muito acima dos valores médios praticados no mercado

Geralmente, as pessoas não se atentam para os percentuais nos contratos, já que se preocupam muito mais se, naquele momento, a parcela cabe no bolso delas

José Xavier Magalhães Brandão

Quando uma taxa pode ser considerada um juro abusivo?

O juro abusivo não é necessariamente o juro alto. No Brasil, principalmente em relação aos bancos, vigora a liberdade de contratação nas taxas de juros. O fato de uma taxa de juro ser alta, do ponto de vista do consumidor, não significa essencialmente que ela seja excessiva. Para ser considerada abusiva, é preciso que a taxa esteja muito acima dos valores médios praticados no mercado. Portanto, para definir se um juro é alto, o magistrado precisa avaliar caso a caso.

Como os juros são estabelecidos?

No acordo com os bancos, as taxas são fixadas pela própria instituição financeira. Os juros mais comuns são os remuneratórios, que incidem dentro da normalidade do contrato, e os moratórios, aplicados no caso de inadimplência e que, geralmente, são os mais elevados. Há também os juros de mora, que, quando cobrados, são pagos ao mês. Já a relação entre particulares é regida pelo Código Civil. Entretanto, raramente existem contratos entre pessoas físicas. Os mais comuns são os acordos firmados com instituições financeiras.

Como o magistrado pode avaliar se um juro é abusivo?

O parâmetro indicado pelo Superior Tribu-

nal de Justiça é a média dos juros praticados no mercado. O Banco Central realiza um levantamento da movimentação financeira praticada no atacado e divulga planilhas de acompanhamento dos juros, que são a referência para a apuração.

De toda forma, não existe um valor predeterminado para calcular se os juros são exorbitantes. Caso a taxa média esteja em 5%, podemos deduzir que o dobro ou o triplo desse valor é abusivo. Mas, por exemplo, caso a diferença seja de 2%, pode-se concluir que o juro cobrado está mais próximo da média praticada pelas instituições financeiras. É preciso ainda observar em que data o empréstimo foi realizado, qual era média praticada naquele período, para averiguar se, no montante, aquele juro é abusivo ou não.

Por quais outros motivos as revisões de contratos são pedidas?

É possível apurar se há juros abusivos quando uma taxa não está clara no contrato, podendo substituí-la quando for mais adequado. A falta de clareza, de informação, é um dos principais motivos de reclamações. Geralmente, as pessoas não se atentam para os percentuais nos contratos, já que se preocupam muito mais se, naquele momento, a parcela cabe no bolso

delas. Em contratos de longo prazo, pode ser solicitada a revisão de contrato, mas não basta a pessoa alegar que não tem mais condições de pagar. Ela precisa justificar de forma explícita a falta de condição de pagar os valores pactuados.

O que o consumidor deve fazer se ele achar que está diante de um juro abusivo?

Quando a discussão for somente sobre a taxa, ele pode procurar o Juizado Especial, pois, para avaliar se esse valor é abusivo, não é necessária uma perícia contábil. Entretanto, caso ele considere que os juros praticados na operação estão além do que foi pactuado, ou se ocorreu algum tipo de cobrança que não estava acordada, o consumidor deverá procurar a Justiça comum, porque será preciso a perícia para apurar quais os valores praticados, e em qual montante estão esses juros, para que seja verificado se adequam ou não ao contrato. Para isso, será preciso avaliar todos os pagamentos, cobranças e o saldo devedor, para que seja feita a apuração e se chegue a essa taxa de juros. Esse trabalho não é possível de ser feito no sistema de Juizado Especial, pois ele não admite a prova pericial. ■

Programa suas férias

Colônias da Amagis são opções em pontos turísticos

Planejamento. Essa é uma das dicas mais frequentes das agências de turismo para quem pretende viajar. Os associados da Amagis têm a oportunidade de programar suas férias para pontos turísticos como parques ecológicos, águas termais, praias e um pouco de história, onde estão instaladas as colônias da Associação.

Talvez, porque um dos principais atrativos de Cabo Frio sejam suas praias, poucos sabem que a cidade é a sétima mais antiga do País. Os visitantes podem não conhecer construções históricas, como o Forte de São Mateus, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos, a Fazenda Campos Novos e o Anjo Caído.

Caxambu é outro município que preserva parte da

RAFAEL VIANNA CROFFI



Praia Domingos Dias, em Ubatuba

história do Brasil. Em 17 de novembro de 1868, a princesa Isabel e seu esposo Conde D'Eu hospedaram-se na cidade. Segundo relatos, a herdeira do trono buscava a cura de uma hipotética infertilidade. Das 12 fontes existentes no Parque das Águas, com diferentes propriedades químicas, quatro levam o nome de membros da família real: Dom Pedro, Dona Leopoldina, Dona Isabel e Duque de Saxe.

Para quem prefere o contato com a natureza, a 43 quilômetros de Ubatuba (litoral norte de São Paulo), fica o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. No local, é possível observar aves, o hábito noturno dos animais, conhecer cachoeiras, fazer caminhadas na res-

tinga e no manguezal, bem como trilhas fluviais.

No Parque Estadual da Serra de Caldas, em Caldas Novas, o lençol termal da região é protegido pelo bioma do cerrado. Outros atrativos da região são a Lagoa do Pirapitinga, o Lago de Corumbá, a Igreja Matriz, a Cachaçaria, o Jardim Japonês e o Balneário Municipal. Em Nova Viçosa, o Parque Nacional Marinho de Abrolhos é uma opção para quem deseja se aventurar no mar.

Esses são os principais pontos turísticos próximos das Colônias da Amagis. Os associados interessados em conhecer algum desses locais ainda podem fazer sua reserva em uma das unidades oferecidas pela Associação. ■



Aproveite as últimas vagas e faça sua reserva ligando para (31) **3079-3459**.

RÁPIDAS

★ **O desembargador Eduardo Brum, membro da 4ª Câmara Criminal do TJMG, tomou posse, no dia 5 de setembro, no Conselho da Magistratura. O magistrado irá ocupar a cadeira reservada a desembargadores da carreira do Ministério Público.**



★ **No dia 20 deste mês, a Amagis irá homenagear os magistrados que se aposentaram em 2015. A cerimônia será às 19h, no auditório da Associação.**



★ **No dia 26 de setembro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, indicou o desembargador Edison Feital Leite, para compor, em vaga reservada à Amagis, a comissão eleitoral que irá supervisionar a eleição de juizes de direito e servidores candidatos a integrar o Comitê Gestor Regional.**

Descontração e integração

Amagis promove happy hour com show da banda It's Elvis

Com a apresentação da banda It's Elvis, que interpreta canções do Rei do Rock, a diretoria da Amagis promoveu, no dia 6 de outubro, uma nova edição do happy hour da magistratura mineira, realizado no Parque Esportivo da Associação exclusivamente

para magistrados e seus familiares.

A iniciativa tem como objetivo oferecer aos associados momentos de descontração e integração com boa música e bate-papo para além do ambiente forense. A proposta busca ainda otimizar o uso da in-

fraestrutura oferecida pela Amagis a toda a magistratura.

No Parque Esportivo, os associados têm à sua disposição uma infraestrutura completa com piscinas, quadras de peteca, vôlei, tênis e futebol, sauna e academia. No mesmo espaço, funciona

ainda um restaurante e o Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito, hotel com 16 suítes, equipadas com TV, frigobar e um confortável mobiliário, preparados para atender principalmente os magistrados que atuam nas comarcas do interior de Minas. ■

RETOMADA ECONÔMICA

Perspectivas para volta do desenvolvimento brasileiro

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

É inegável que o afastamento da presidente Dilma e a nomeação de uma equipe econômica liderada pelo ministro Henrique Meirelles despertaram as esperanças de retomada do desenvolvimento econômico no Brasil. Removeu-se, assim, o principal fator de instabilidade política, que, nos últimos dois anos, gerou a mais forte recessão desde a grande depressão de 1929.

A verdade é que o governo afastado deixou uma economia arruinada, pelo completo desarranjo fiscal, onde os gastos, em muito, superaram as receitas. Em suma, o país viveu o maior desarranjo fiscal das últimas décadas. Segundo avaliou Alejandro Werner, diretor para o Hemisfério Ocidental do FMI, o sistema político do Brasil, agora, deverá demonstrar que está comprometido com o ajuste fiscal que terá de ser mais forte que o realizado em outros países da América Latina.

A pergunta que se faz é se a troca de governo, por si só, embora implique que ténue retomada da confiança, será suficiente para que a economia prostrada no leito de uma CTI convalesça da recessão e recupere algum dinamismo.

As medidas já anunciadas serão duras para reparar o estrago de um governo frágil que mentiu durante o período eleitoral com o propósito de perpetuar-se no poder, maior projeto de seu partido de sustentação.

Não se pode esquecer que o Legislativo, fortalecido pelo resultado do impedimento de uma presidente e pela cassação do deputado Eduardo Cunha, saiu engrandecido e busca retomar as suas prerrogativas. Deverá, pois, assumir maior protagonismo no atual momento político.

De qualquer sorte, persiste a dúvida sobre a posição do Congresso, diante de uma oposição combativa, disposta, a qualquer preço, buscar a realização de um plebiscito para afastar o governo que entende golpista e, assim, voltar ao poder.

O papel hegemônico do Executivo, que sempre teve enorme poder em suas mãos, como o de nomear e liberar verbas, o chamado toma lá dá cá, que faz parte de nossa cultura política, infelizmente, presume-se, será mais intenso.

Contribui para isso, o elevado número de partidos e coligações – 35 no total, 27 com

representação no Congresso - a dificultar qualquer negociação. Este, como sempre, continuará intimidado à pressão dos lobbies, cada vez mais numerosos, formando uma verdadeira sopa de letrinhas, cada qual defendendo os próprios interesses, nem sempre transparentes.

Para o empresário e conselheiro da Natura, Pedro Luiz Passos, em "Um revés na Confiança" (Mercado, Folha de São Paulo, edição de 9 de setembro), "O antídoto contra tal risco está na participação mais ativa e assertiva da sociedade, inclusive dos setores empresariais, apoiando as medidas que levem à modernização da economia e, conseqüentemente, à consistência de seu crescimento e a solidez das políticas sociais."

O plano de contenção dos gastos federais prevê o congelamento das despesas, corrigidas

pela inflação, pelo prazo de 20 anos, devendo, contudo, preservar a saúde e a educação, hoje em frangalhos. Da mesma forma, mudanças da previdência do setor privado, com idade mínima de aposentadoria de 65 anos, além de um piso previden-

ciário desvinculado do salário mínimo. Preconiza-se, também, a reforma da vetusta CLT, sendo tais modificações necessárias, cuidando-se, contudo, para que não representem a rapina em trabalhadores sem poder de organização e barganha.

Em resumo, desse vespeiro, depende o fim da recessão e do desemprego de 12 milhões de brasileiros, não podendo esquecer que a maioria dos parlamentares sempre se revelou bastante sensível ao corte de quaisquer benefícios de seus eleitores.

Tais matérias são politicamente polêmicas. Como disse Vinicius Torres Freire, se não forem objeto de ampla discussão com os interessados, poderão embolar o meio de campo, fortalecendo, nas ruas, o incipiente "fora Temer". Principal consequência: o afastamento da estabilidade política, 'conditio sine qua non' para resgatar o desenvolvimento econômico e assegurar a retomada dos investimentos. ■

(*) Desembargador. O presidente da 2ª Câmara do TJMMG, Cel. PM James Ferreira Santos, proferiu voto de congratulações, proposto pelo Juiz Jadir Silva, pelo artigo publicado na edição de julho de 2016, do jornal DECISÃO, intitulado "Causas do Impeachment".

**A PERGUNTA QUE SE FAZ É SE
A TROCA DE GOVERNO, POR SI SÓ,
EMBORA IMPLIQUE TÊNUE RETOMADA
DA CONFIANÇA, SERÁ SUFICIENTE PARA
QUE A ECONOMIA PROSTRADA NO LEITO
DE UMA CTI CONVALESCA DA RECESSÃO
E RECUPERE ALGUM DINAMISMO.**



lucastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonasleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.



Leilões On line e Simultâneos

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocrédito.com.br

Contra o Câncer de Mama

Amagis Saúde isentará coparticipação para mamografias

Mais uma vez a Amagis Saúde abraça o movimento Outubro Rosa, criado nos Estados Unidos na década de 1990, para conscientizar a população sobre o câncer de mama, e irá isentar as usuárias do plano do pagamento da taxa de coparticipação dos exames de mamografia realizados neste mês.

A taxa de coparticipação corresponde ao valor pago pelos usuários da Amagis Saúde na realização de alguns procedimentos, correspondendo a 25% do valor do exame no caso da mamografia. Com a iniciativa, a diretoria da Amagis busca estimular a prevenção, reconhecendo que ela é o meio mais eficaz para combater a doença.

O câncer de mama é um dos tipos mais comuns da enfermidade em mulheres, com aproximadamente 25% de novas incidências por ano. O Instituto Nacional do Câncer (INCA) estima que, em 2016, devem ser registrados cerca de 58 mil novos casos da doença no País.

O autoexame, que permite às mulheres identificarem alterações na mama, é um método simples e bastante difundido, mas que não pode substituir a consulta com o masto-

Taxa
corresponde a
25%
do valor
do exame

SHUTTERSTOCK



logista e, muito menos, a mamografia, reconhecida como forma mais eficaz de uma detecção precoce desse tipo de câncer.

Os sinais mais comuns do câncer de mama são nódulos no seio, um caroço fixo, endurecido e, geralmente

indolor, alterações e saída espontânea de líquidos dos mamilos. A prevenção é simples, mas exige hábitos de vida saudáveis, como a prática de atividades físicas, alimentação saudável, peso adequado e evitar o consumo de bebidas alcoólicas. ■

Atualização e qualificação

Amagis Saúde participará de congresso nacional na área de saúde

A Amagis Saúde participará, dos dias 20 a 22 deste mês, em Recife (PE), do 19º Congresso da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), no qual será discutido o cenário político-econômico e sua

repercussão sobre a saúde suplementar.

Com a participação, a diretoria da Amagis Saúde busca manter a atualização e a qualificação permanente do atendimento e serviços oferecidos aos usuários do plano de saúde.

Durante os três dias de Congresso, serão debatidos temas como os desafios para a autogestão nos próximos cinco anos, a busca de modelos assistenciais ideais, temas jurídicos da atualidade, a atenção primária à saúde e as tecnologias na saúde suplementar.

Um dos destaques da programação será a palestra sobre o projeto Idoso Bem Cuidado, da Agência Nacional de Saúde, que visa à implementação de medidas na área do envelhecimento ativo, por meio de um modelo sustentável capaz de garantir atendimento de qualidade. ■

Rede credenciada é ampliada

Amagis Saúde celebrou convênios com médicos indicados pelos associados

Nos últimos meses, 60 prestadores de serviço firmaram convênio com a Amagis Saúde para atender os usuários do plano médico da magistratura mineira. O maior número de credenciamentos foi feito nas comarcas do interior do Estado, correspondendo a 63% do total das novas parcerias.

Um dos contratos mais recentes foi celebrado com o Hospital de Cataguases, na Zona da Mata, atendendo à solicitação dos juizes da região. Esse e outros convênios foram realizados a partir da consulta aberta pela diretoria da Amagis aos associados, no início deste ano, para que os magistrados indicassem médi-

cos e hospitais para serem credenciados.

A expectativa da diretoria da Associação é de que esse número aumente ainda mais, pois a Amagis Saúde continua negociando com os prestadores de serviços sugeridos pelos associados, e aguarda o envio da documentação de vários acordos já definidos, para que novos contratos sejam assinados.

Os interessados podem continuar enviando sugestões para o e-mail credenciamento@amagis.com.br, que o setor responsável irá entrar em contato com o profissional ou instituição indicada para dar início às conversas sobre o convênio. ■



Indique
um profissio-
nal ou insti-
tuição pelo
e-mail
credenciamento@amagis.com.br



Hospital de Cataguases é um dos novos parceiros

DICAS

Liberação de laqueadura e vasectomia

A Amagis Saúde oferece cobertura para cirurgia de esterilização feminina (laqueadura tubária e laqueadura tubária laparoscópica) e de esterilização masculina (vasectomia). Entretanto, esses procedimentos dependem de autorização prévia do plano.

Para a liberação dos procedimentos, é necessário apresentar

o pedido médico e a declaração de consentimento do paciente (manifestação de desejo), com data e assinatura do médico anterior a 60 dias da previsão de realização da cirurgia.

Essa prática segue as Diretrizes de Utilização da Agência Nacional de Saúde, e está de acordo com a Lei 9.263 de 12 de janeiro de 1996.



Tire suas dúvidas:

(31) 3079-3478
(31) 3079-3479
(31) 3079-3480
(31) 3079-3481



Funcionamento:

De segunda a sexta-feira,
de 7h às 19h,
e sábado, de 8h às 13h15.